

## A fonte histórica e seu lugar de produção

*José D'Assunção Barros*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo busca desenvolver algumas considerações relacionadas à metodologia de tratamento de 'fontes históricas'. Após algumas considerações relacionadas à escolha e constituição de fontes históricas, é discutida uma questão mais específica: o lugar de produção de um texto tomado como fonte histórica. As questões tratadas neste artigo referem-se mais especificamente aos textos autorais.

**Palavras-chave:** Fontes históricas. Teoria da História. Metodologia.

**Abstract:** This article aims to develop some considerations related to the methodology for treatment of historical resources. After some considerations about the choice and constitution of the historical resources, it is discussed a specific question: the production place of a text constitute as an historical resource. The questions treated in this article refer most specifically to the authorial texts.

**Keywords:** Historical resources. Theory of History. Methodology.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

### Considerações iniciais

O presente artigo pretende abordar algumas questões primordiais para a prática historiográfica, mais especificamente aquelas que se referem ao tratamento das fontes históricas. Como relacionar fontes e problemas? Que questões e dilemas historiográficos surgem a partir da delimitação de um tema, da especificação de um problema, da formulação de hipóteses, quando se trata de constituir o corpus documental que dará suporte empírico à pesquisa histórica? Quais os cuidados a serem tomados na própria constituição de um corpus documental em termos de homogeneidade, pertinência, representatividade em relação ao problema e ao tema estudado? Qual a relação entre os problemas que podem ser pensados a partir de uma fonte e o “lugar” que a produz como texto, documento ou objeto material? Questões como estas, e ainda outras, fazem parte de há muito do universo de preocupações dos historiadores. Sobre elas – e mais especificamente sobre a necessidade de identificação de um “lugar de produção” das fontes históricas (para aqui retomar a célebre expressão de Michel de Certeau), refletiremos nas próximas linhas.

### Michel de Certeau e a reflexão sobre o lugar de produção da historiografia

A primeira reflexão mais sistemática sobre o conceito de “lugar de produção” na historiografia foi desenvolvida por Michel de Certeau em um texto de 1974 que se tornou célebre: “A operação historiográfica”<sup>2</sup>. A percepção de que o historiador escreve de um lugar social, de que na operação historiográfica ele escreve a partir de um ponto de vista, atravessado por subjetividades e inscrições sociais várias, já vinha naturalmente sendo elaborada pelos historicistas mais atuantes da segunda metade do século XIX, tais como o historiador Gustav Droysen<sup>3</sup> e o filósofo Wilhelm Dilthey<sup>4</sup>, entre outros. Historiadores oitocentistas como Gervinus, em uma obra de 1837 intitulada “Fundamentos da Teoria da História”<sup>5</sup>, já discorre detidamente sobre o que é o fazer histórico e sobre o fato de que o historiador desenvolve esta atividade a partir de uma posição específica e de uma inscrição em uma sociedade e, com relação à questão que lhe era mais cara, de um certo lugar nacional. Essa percepção de que o historiador escreve de um lugar, aliás, foi uma pedra de to-

<sup>2</sup> CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”, in *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p.16-48 [original: 1974].

<sup>3</sup> DROYSEN, J. Gustav. *Manual de teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009 [original: 1868].

<sup>4</sup> DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas Ciências Humanas*. São Paulo: UNESP, 2010.

<sup>5</sup> GERVINUS, Georg. *Fundamentos de teoria de História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

que importante no desenvolvimento do historicismo, que já vinha contrastando com os historiadores positivistas do século XIX em seu reconhecimento de que qualquer texto parte de um lugar e de um ponto de vista. Esta consciência histórica prossegue de maneira cada vez mais afirmativa através do século XX, com autores como Marc Bloch<sup>6</sup>, Lucien Febvre<sup>7</sup> e inúmeros historiadores ligados a movimentos como o dos *Annales* ou do Presentismo norte-americano e também a perspectivas como a do Materialismo Histórico ou da hermenêutica alemã<sup>8</sup>. De todo modo, pode-se dizer que, em seu texto de 1974, Michel de Certeau encontrou a palavra certa para desdobrar uma arguta reflexão sobre o fazer historiográfico. “Lugar de Produção” foi a expressão que Certeau celebrizou para expressar a idéia de que o historiador, em sua prática e operação historiográfica, escreve ele mesmo a partir de um lugar, de uma inscrição em uma sociedade e em uma comunidade historiográfica atualizada pela sua própria época, de um enredamento que o situa em uma instituição (universitária, por exemplo), de uma teia de intertextualidades que o influenciam de múltiplas maneiras. O historiador, homem de seu tempo, acompanha os ditos

e enfrenta os interditos proporcionados por este lugar, que se instala ademais em uma complexa estrutura de poder<sup>9</sup>. O seu trabalho torna-se possível neste “lugar de produção” específico, que precisa ser adequadamente compreendido, para cada caso, quando se trata de compreender a historiografia ou um produto historiográfico. O próprio leitor ou beneficiário do produto historiográfico, ele mesmo mergulhado em suas circunstâncias e perfeitamente inscrito em uma sociedade e no próprio lugar que torna possível as suas condições de leitura e a sua atividade como leitor, também interfere, à sua maneira, neste lugar de produção que demarca as condições de trabalho do historiador<sup>10</sup>.

Neste texto, estaremos direcionando o conceito de “lugar de produção” para um outro âmbito, também percebido por Certeau e muito antes dele por uma grande tradição que remonta aos historicistas do século XIX, passando depois por diversos setores da historio-

<sup>6</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [original publicado: 1949, póstumo] [original de produção do texto: 1941-1942].

<sup>7</sup> FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin, 1953.

<sup>8</sup> Entre estes últimos, podemos lembrar o conjunto de reflexões de Gadamer sobre a História. GADAMER, Hans-Georg. *A consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998 [original: 1996].

<sup>9</sup> Assim se expressa Michel de Certeau no início da primeira sessão de seu artigo: “Toda pesquisa histórica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Encontra-se, portanto, submetido a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiers e as indagações relativas aos documentos” (CERTEAU, op.cit., p.18).

<sup>10</sup> Sobre estes aspectos, são fundamentais as reflexões desenvolvidas por Paul Ricoeur no primeiro volume de sua obra *Tempo e narrativa* (RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Vol.1: a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010).

grafia do século XX. A nossa intenção será aplicar o conceito de “lugar de produção” aos textos que o historiador constitui como fontes históricas. É claro que a percepção dos historiadores de que o seu próprio trabalho também se escreve em um lugar complexo – social, institucional, cultural, político, intertextual, epistemológico – e que precisa ser considerado quando estes mesmos historiadores tomam consciência das especificidades de suas próprias práticas, constitui de fato a questão crucial que logrou situar a historiografia moderna em um novo patamar de autoconsciência. Mas este não será o tema do presente artigo, que busca mais especificamente desenvolver uma reflexão sobre o tratamento das fontes históricas. Destarte, uma reflexão inicial sobre esta questão mostra-se imprescindível.

Pensadores como Certeau, e mais tarde Jorn Rüsen<sup>11</sup>, foram fundamentais para o aprimoramento da clarificação de que, nas diversas operações que constituem a sua prática, o historiador é atravessado por intersubjetividades várias, e também por condições específicas que definem o seu lugar social, institucional, e mais propriamente historiográfico. Assim, apenas para dar um exemplo que

<sup>11</sup> (1) RUSEN, Jörn. *Razão histórica – Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2007a. (2) RUSEN, Jörn. *História viva – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: UNB, 2007b. (3) RUSEN, Jörn. *Reconstrução do passado – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UNB, 2007c. (4) RUSEN, Jörn. “Partidarismo e objetividade – as potencialidades racionais da ciência da história” In *Razão Histórica*. Brasília: UNB, 2001 [original: 1983].

não será objeto deste artigo, a própria escolha do tema de pesquisa, e a possibilidade de construir problemas mais singulares a partir deste tema de pesquisa, constitui-se para o historiador uma operação que deve ser compreendida a partir deste lugar complexo. A reflexão sobre esta questão nos levaria longe, e remetaria também a autores como Max Weber (1904), entre vários outros<sup>12</sup>.

De igual maneira, o discurso produzido pelo historiador, com todas as suas especificidades e modos de expressão, é ainda indelevelmente ligado ao lugar de onde fala o historiador, à sociedade em que ele se inscreve, à instituição à qual se vincula, aos diálogos que estabelece com seus pares e, por vezes, a pressões diversas advindas da comunidade de historiadores das quais não necessariamente cada historiador se apercebe. Tal como observa Certeau em “a operação historiográfica”, “meu dialeto [do historiador] demonstra minha ligação com um certo lugar”<sup>13</sup>. O que se diz, e *como* se diz, relacionam-se naturalmente a este lugar, da mesma forma como se inscrevem em um lugar os modos a partir dos quais se estabelece um objeto de pesquisa e se viabiliza uma prática a ela relacionada. A operação historiográfica como um todo, enfim, “refere-se à combinação de um lugar social e de práticas científicas”<sup>14</sup>, e foi sobre todas as impli-

<sup>12</sup> WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática, 2006 [original: 1904].

<sup>13</sup> CERTEAU, op.cit. p.16

<sup>14</sup> CERTEAU, op.cit. p.18.

cações de cada uma destas instâncias – lugar social e prática científica – que Certeau se dispôs a discorrer no ensaio a partir do qual se afirmou definitivamente o conceito de “lugar de produção”. A partir daqui, refletiremos, ao recorrer a este conceito, sobre uma questão específica no interior da operação historiográfica, que é a da percepção de que os textos que os historiadores tomam para fontes históricas também foram produzidos, em sua época, a partir de um lugar que precisa ser compreendido e decifrado pelo historiador<sup>15</sup>.

### **O problema histórico e a escolha da documentação adequada**

Vamos prosseguir, nesta reflexão sobre o fazer historiográfico, de um ponto mais avançado na instituição do processo de pesquisa histórica. Suponhamos que o assunto ou mesmo o Tema de nossa pesquisa, bem como o seu recorte espacial e cronológico, já estão devidamente delimitados (o que, tal como já se mencionou, constitui uma operação que também se associa ao próprio “lugar de produção” no qual se insere o historiador). Cabe agora um passo decisivo para o estabelecimento das condições iniciais do trabalho historiográfico. É preciso determinar com clareza e precisão o “universo documental” de nossa pesquisa. É sobre este momento, primordial para

<sup>15</sup> O nosso objetivo, deste modo, será estabelecer, a partir daqui, algumas considerações de cunho metodológico que se referem à análise de fontes históricas.

a prática historiográfica, mas que naturalmente é posterior, na concepção historiográfica moderna, à instituição de um problema histórico, que refletiremos neste artigo.

A Fonte Histórica, como se sabe, é o elemento que assegura uma base científica à História; ou, caso se queira evitar a interminável polêmica sobre a “cientificidade da História”, o que dá legitimidade ao discurso do historiador. É um daqueles elementos que vai produzir a distinção entre a História e o relato de ficção<sup>16</sup>. Qualquer afirmação do historiador deve ser proposta a partir de uma base documental; da mesma forma que as hipóteses por ele levantadas devem ser comprovadas ou admitidas como aceitáveis a partir do seu trabalho com as fontes<sup>17</sup>.

Daí decorre que a escolha do universo documental deve estar intimamente ligada às hipóteses de trabalho, ao “problema” levantado, aos objetivos da pesquisa. Tudo isto, naturalmente, está associado ao “lugar de produção” no

<sup>16</sup> Isto é, referimo-nos aqui, mais especificamente, à tradição historiográfica que se desenvolveu na civilização ocidental cristã. Deve ficar bem entendido que há casos de outras civilizações que desenvolveram um “fazer histórico” que prescindem do documento.

<sup>17</sup> Não nos referimos, naturalmente, à “literatura histórica” oferecida ao público sem maiores pretensões científicas ou acadêmicas. A exigência de uma “base documental” é mormente uma exigência de historiadores para com historiadores, e que parte também de um público mais especializado. Em vista do público a que se destina, ou dos horizontes editoriais que norteiam o produto final do discurso historiográfico (por exemplo: um livro), pode-se dar também que não haja uma citação documental, o que não quer dizer que o historiador não tenha construído o seu trabalho a partir de documentos históricos.

qual se inscreve o próprio historiador, mas não é desta questão tão importante quanto específica que trataremos agora. Queremos chamar atenção para o fato de que cada pesquisa em especial vai permitir determinadas alternativas de “universos documentais” (alternativas que, obviamente, serão objetos de uma escolha, elas mesmas interferidas pelo próprio lugar de produção do historiador). O fato de que cada pesquisa em especial vai possibilitar ao historiador fazer suas escolhas diante de determinadas alternativas de “universos documentais” constitui o mais íntimo sentido da pré-dica de que sempre se deve submeter um determinado conjunto documental a uma “análise de adequação”, com vistas a verificar se as fontes propostas realmente estarão sintonizadas com o problema histórico proposto.

É verdade que pode se dar, em alguns casos, que o universo documental já esteja determinado *a priori* pelo próprio objetivo da pesquisa definida de antemão pelo historiador ou pelas exigências de seu ofício no seio de uma instituição que o convocou para um trabalho específico. Digamos, por exemplo, que uma instituição nos encomendou uma investigação sobre “os programas de todos os partidos políticos oficiais desde o início da República”, ou então sobre a “correspondência entre Getúlio Vargas e seus aliados políticos”. No primeiro caso, nosso universo de fontes já está previamente

definido. O próprio objeto da pesquisa já determina, a princípio, a base documental. Meu primeiro passo será percorrer os arquivos em busca dos programas dos partidos políticos oficiais desde o início da República. É claro que, dependendo do tipo de análise a que nos propusermos empreender, poderemos cotejar estas fontes com outras. Por exemplo, se quisermos investigar até que ponto estes programas foram cumpridos na prática política e social, poderemos cotejá-los com notícias de periódicos de cada época, estatísticas ou registros diversos. Mas isto já será uma outra etapa.

No segundo caso, o nosso universo documental também aparece previamente delimitado – a saber: a correspondência particular de Getúlio Vargas. Mas caberá antes, é preciso notar, definir quem iremos considerar como “os aliados políticos de Getúlio Vargas”. Esta definição já imporá, ela mesma, uma delimitação dentro daquele universo maior que fora previamente determinado pelos objetivos da pesquisa encomendada. Afinal de contas, será preciso extrair da “massa documental” as cartas dirigidas aos “aliados políticos” de Vargas, separando-as das cartas dirigidas aos adversários políticos ou às pessoas comuns. Decidir quem era um “aliado político de Vargas”: isto é, em última instância, uma decisão do historiador – e na verdade a sua primeira interferência no universo documental.

Há ainda casos em que o objeto de investigação é já um documento em si mesmo. Por exemplo, um historiador pode se propor a investigar certos “aspectos da sátira renascentista à literatura cavaleiresca a partir do Dom Quixote de La Mancha”<sup>18</sup>. Neste caso, o documento também já se encontra previamente delimitado. O que não impede que delimitações ou ampliações posteriores sejam efetuadas, conforme uma maior especificação sofrida pelo problema. Se tomamos por objeto não o “Dom Quixote” na sua totalidade, mas a questão da “presença de provérbios populares” naquela obra, torna-se imprescindível cotejá-la também com a tradição oral. Ou talvez nos interessem apenas as partes da obra em que se verifiquem diálogos entre o fidalgo e seu escudeiro Sancho Pança, este último representando a tradição popular.

Mas na maior parte das vezes o historiador parte mesmo de um problema histórico, mais amplo ou mais específico, sem que este determine necessariamente o tipo de documento que poderá embasar o seu trabalho. Abrir-se-ão aqui algumas escolhas, e, para orientá-las, a “crítica de adequação” será particularmente importante. Por exemplo, suponhamos que o problema é investigar “a qualidade de vida

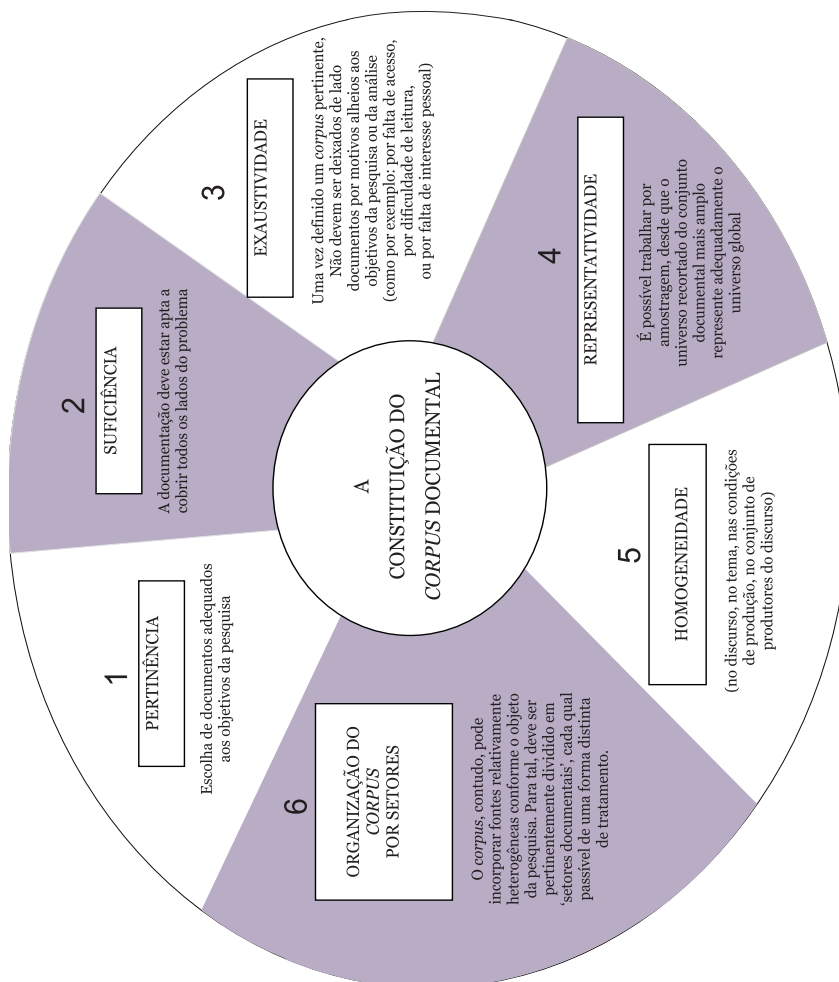
da população negra durante o Brasil Colonial”. Que tipos de fontes nos permitirão uma aproximação do problema? Documentos de compra e venda relativos ao tráfico de escravos? Notícias de periódicos? Registros cartoriais de nascimentos e mortes? Fontes iconográficas que deixem transparecer algum tipo de informação sobre a vida cotidiana da população negra? Relatos de militantes abolicionistas? Cantigas legadas pelos próprios negros à tradição oral? Todos estes caminhos, e muitos outros, se abrem ao historiador.

É preciso, nestes casos, proceder à constituição de um *corpus documental* adequado (Quadro 1). O *corpus documental* pode ser definido como o conjunto de fontes que serão submetidas à análise do historiador com vistas a lhe fornecer evidências, informações e materiais passíveis de interpretação historiográfica. Sua constituição não é gratuita: implica em escolhas e seleções que deverão atender a determinadas regras e critérios<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *El ingenioso hidalgo Don Quixote de La Mancha*. Madrid: 1605.

<sup>19</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1991, p.97.

**Quadro 1. A constituição do *corpus* documental**





Em primeiro lugar, deve-se atender ao critério mais óbvio da *pertinência*. O documento selecionado deve ser adequado ao objetivo da análise. Se queremos compreender o “pensamento nazista” a partir de suas motivações internas, pouco nos adiantará proceder a um levantamento exaustivo dos editoriais antifascistas do Partido Comunista Alemão. Da mesma forma, se pretendemos investigar a tortura e as infrações aos direitos humanos durante a ditadura brasileira de 1964, não conseguiremos obter muitas informações a partir de periódicos comprometidos com a difusão de uma boa imagem do regime militar junto à população mais ampla. Tal tipo de documento somente será útil para investigar questões relativas à “violência simbólica”<sup>20</sup>, ao controle direto ou indireto dos grandes meios de imprensa durante o regime ou ao receio dos jornalistas em se comprometerem. Se quisermos informações relativas à prática de tortura teremos de buscá-las em outro tipo de documentação, como depoimentos de vítimas da tortura e de dissidentes do regime militar, registros de desaparecidos políticos, arquivos secretos do SNI, ou quaisquer outros que permitam ao historiador mais do que uma aproximação ingênua do problema.

Outro problema a ser considerado é o da *homogeneidade* do *corpus* documental. A documentação deve ser produ-

zida ou agrupada conforme critérios de identidade e de similaridade. Por exemplo, se pretendemos fundamentar nosso trabalho em entrevistas, é de fundamental importância que estas tenham sido obtidas por intermédio de técnicas idênticas, além de terem sido realizadas por indivíduos semelhantes<sup>21</sup>. Uma entrevista obtida por mecanismos de constrangimento ou de coação não pode ocupar o mesmo setor do *corpus documental* que uma entrevista colhida informalmente, ou sem a consciência do entrevistado de que o seu depoimento iria posteriormente ser registrado. Da mesma forma, entrevistadores com diferentes níveis de persuasão não podem produzir entrevistas homogêneas.

Em muitos casos, o *corpus* deve estar comprometido com a idéia de *totalidade*. Melhor dizendo, ele não pode conter “lacunas” derivadas da relação entre o historiador e seu documento, como a dificuldade de acesso, a falta de ânimo em empreender uma tradução difícil, ou a pouca capacidade para decifrar uma caligrafia menos transparente. As únicas lacunas admissíveis são as que nos foram legadas pela própria História. Uma vez definida a série documental, não cabe ao historiador ocultar um documento apenas porque ele contradiz a hipótese que pretende demonstrar, ou porque ele dificulta o andamento de suas investigações.

Em contrapartida, o *corpus* documental pode ser constituído a partir do critério de *representatividade*. Isto

<sup>20</sup> BOURDIEU, Pierre e PASSERON, J.C. La reproduction. *Eléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1970.

<sup>21</sup> BARDIN, op.cit, p.98.

é, a análise pode ser efetuada em uma amostra, desde que o material a isto se preste<sup>22</sup>. Se a amostra for uma parte representativa do universo inicial, os resultados para ela obtidos poderão ser generalizados ao todo. Por exemplo: colocamos como problema a identificação das principais características estéticas da pintura renascentista, para que depois se possa proceder ao relacionamento daquelas com a sociedade do seu tempo. Seria praticamente impossível, ou desnecessariamente exaustivo, proceder à coleta de todos os documentos pictóricos da época, o que vale dizer, de todas as obras pintadas pela totalidade dos pintores renascentistas. Então procedemos à constituição de uma amostragem: recolhendo duzentas obras significativas, verificamos se certas características predominam no conjunto, de maneira que possam ser generalizadas como aspectos comuns a toda a produção renascentista.

A questão é: que obras deveremos tomar para compor este conjunto representativo? O procedimento que oferece menos riscos é selecionar várias obras de diversos autores. Se nos ativésemos à produção de um ou dois pintores, correríamos o risco de tomar certas características estéticas individuais como características estéticas da sua época. O risco ainda seria maior se cometêssemos a imprudência de selecionar pintores menos representativos da estética do seu tempo, como por exemplo Hieronymus Bosch (c.1450-c.1516) e Pieter Bruegel, o Velho

(1525-1569), cada qual tendo desenvolvido um estilo surpreendentemente singular em meio ao modelo hegemônico da pintura renascentista. Um Rafael (1483-1520), por outro lado, é um artista muito mais representativo do padrão de excelência renascentista, assim como Botticelli, Leonardo da Vinci ou Miguel Ângelo. Assim que – se pretendemos abarcar todo o período renascentista – a inclusão na amostragem de pintores diversificados, bem distribuídos ao longo de toda a duração considerada, e bem espalhados ao longo de todo o recorte europeu, nos dará uma margem muito menor de erro. Da mesma forma, se pretendemos levantar algo como a “mentalidade” de um oficial da GESTAPO no tempo da Segunda Guerra, é desnecessário investigar a totalidade dos oficiais nazistas. Mas convém investigar o padrão de comportamento não de um único homem, e sim de um número significativo deles.

O que define se uma determinada amostragem é adequada ou não é o problema que temos em vista. Um balde de água do mar é péssimo para dar conta do rastreamento de toda a fauna marinha, já que, com muita sorte, só teríamos capturado um único peixe. E, no entanto, uma simples gota d’água é excelente para dar conta da diversidade de microorganismos presentes no oceano. Tentar estudar o oceano através de uma gota d’água ... Essa foi, aliás, a proposta de Le Roy Ladurie em seu famoso “Montaillou, uma vila occitânica”<sup>23</sup>. Montaillou era

<sup>22</sup> BARDIN, op.cit, p.97.

<sup>23</sup> LADURIE, Le Roy. *Montaillou, uma aldeia occitânica*. Lisboa: Edições 70, 1990.

uma aldeia de camponeses do sudoeste da França, em que a heresia cátara teve influência considerável em princípios do século XIV. Vinte e cinco dos heréticos locais (10% da população) foram processados e punidos pela Inquisição<sup>24</sup>. Os registros daqueles interrogatórios constituíram precisamente a base documental de Le Roy Ladurie, que tal como observa Peter Burke em seu ensaio sobre a *Escola dos Annales* (1990), tratou-os como se fossem gravações de um conjunto de entrevistas. Reordenando a informação fornecida pelos suspeitos aos inquisidores, Ladurie reconstituiu tanto a cultura material como a mentalidade dos aldeões. Um pequeno conjunto de depoimentos, *homogêneo* no que se refere à sua produção, e *representativo* no que se refere aos aspectos que Ladurie pretendeu estudar, permitiu-lhe reconstituir algo do que foi a aldeia inteira. E, mais do que isto, a reconstituição dos aspectos da vida cotidiana daquela aldeia lhe possibilitou atingir não a história de uma aldeia particular, mas o retrato de uma sociedade mais ampla, que os aldeões representavam, embora dentro de sua singularidade<sup>25</sup>.

É verdade que certos aspectos do tratamento dado por Ladurie às suas fontes foram criticados – sobretudo a sua afirmação de que se tratava de “testemunhos sem intermediários, que nos

trazem o camponês sobre si mesmo”<sup>26</sup>. Tal como observa Peter Burke, “os aldeões depunham em occitanês e seus testemunhos eram escritos em latim. Não era uma conversa espontânea sobre si mesmos, mas respostas a questões sob a ameaça de torturas”. “Os historiadores”, acrescenta, “não podem permitir-se esquecer esses intermediários entre si e os homens e mulheres que estudam”<sup>27</sup>.

Em todo o caso, “Montaillou” permanece como um exemplo magistral de como um historiador pode se aventurar a reconstituir toda uma sociedade a partir de um *corpus documental* perfeitamente adequado ao seu problema. Como ilustração final, registramos um trecho da obra de Le Roy Ladurie. Nele o historiador revela toda a sua capacidade de extrair, de um simples fragmento documental, informações que vão desde a cultura material da aldeia de Montaillou até os modos de pensar e de sentir de seus habitantes, passando pelas convenções associadas às relações de parentesco:

*“Um dia [conta Guillemette Clergue, cujo marido é violento] eu precisava de pedir emprestados alguns pentes para pentear o canhão e fui, para esse efeito, a casa de meu pai. E, quando aí cheguei, encontrei o meu irmão que tirava o esterco de casa. E perguntei ao meu irmão:*

*— Onde é que está a senhora minha mãe?*

*— E que lhe quereis? replicou ele.*

*— Quero alguns pentes, disse eu.*

<sup>24</sup> BURKE, Peter. *A escola dos Annales — 1929 - 1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991, p.96.

<sup>25</sup> BURKE, op.cit., p.96.

<sup>26</sup> LADURIE, 1990, p.9.

<sup>27</sup> BURKE, op.cit., p.97.

— *A nossa mãe não está aqui, concluiu o meu irmão. Foi à água. Só voltará daqui a um bom bocado.*  
*Não acreditei no meu irmão e tentei entrar em casa. Então, o meu irmão pôs o braço defronte da porta e impediu-me de entrar* (I, 337).

Comentário de Ladurie: “Texto notável! A porta é estreita; foi barrada por um simples braço de homem: a porta cheira a esterco; Alazais Rives, a mãe, é aguadeira da *domus* do seu homem, como todas as outras. Isto não impede que esta mamã muito vulgar tenha o direito ao título de *Senhora* (“minha senhora”!) por parte de sua filha Guillemette Clergue. Esta família é, por outro lado, um ninho de escorpiões; os laços são no entanto ritualizados. O irmão trata por *vós* a irmã, o que não o impede de ser brutal para com ela.”<sup>28</sup>.

### **A identificação do lugar de produção da fonte histórica**

Um dos principais procedimentos para a análise do documento, como tão bem assinalou Jacques Le Goff em seu artigo “Documento/Monumento”<sup>29</sup>, é a desconstrução da monumentalidade nele implícita – uma monumentalidade que nos chega da própria época de produção do próprio documento. Boa parte dos documentos produzidos intencionalmente, com uma finalidade (ou mes-

mo sem uma intencionalidade consciente), são também “monumentos”: foram construídos para transmitir uma determinada imagem social, para atender a determinados interesses sociais ou políticos, para impor uma certa direção ao olhar. O documento que hoje o historiador examina como fonte para o seu estudo histórico, um dia foi monumento através do qual aqueles que o escreveram ou produziram procuraram impressionar, manipular, convencer, mover, comover outros homens de sua própria época (ou mesmo as gerações futuras). Esta intencionalidade de agir sobre o outro através do documento como se este fosse um monumento, pode ser intencional em diversos níveis, mas também é possível acompanhar Le Goff quando este menciona uma “intencionalidade inconsciente”<sup>30</sup>. É preciso então compreender, ou mesmo desconstruir passo a passo, essa dimensão monumental que se inscreve no documento – esta dimensão através da qual os homens de uma época falam conscientemente ou inconscientemente aos seus contemporâneos (e, conseqüentemente, falam também aos historiadores). O primeiro passo, portanto, é a identificação de um lugar de Produção relacionado à fonte histórica – um contexto complexo que produz o documento em sua monumentalidade, e que cabe ao historiador decifrar, um

<sup>28</sup> LADURIE, 1990, p.252.

<sup>29</sup> LE GOFF, Jacques. « Documento / Monumento » In LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p.547.

<sup>30</sup> LE GOFF, op.cit., p.547.

pouco à maneira do psicanalista que preside à decifração de seu paciente<sup>31</sup>.

Deve-se lembrar, antes de tudo, que a Contextualização constitui um aspecto fundamental para a compreensão da fonte histórica. Tanto quanto possível, é necessário levantar a 'história da fonte, enquanto texto', sendo também útil levantar a 'história da fonte, enquanto documento material' (se for o caso). Diga-se de passagem, para o caso das fontes de arquivo, mas também de outros tipos, vale lembrar as palavras de Marc Bloch:

“Não obstante o que parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui e ali, pelo efeito de qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos que a passagem da recordação através das gerações”<sup>32</sup>

A estas palavras Jacques Le Goff e Pierre Toubert acrescentam algo, na revisão da noção de documento histórico proposta no 100º Congresso Nacional

<sup>31</sup> Mais adiante, Le Goff acrescenta: “O documento é monumento. Resulta do esforço de sociedades históricas para impor ao futuro – voluntaria ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira, Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo” (LE GOFF, 1990, p.548).

<sup>32</sup> BLOCH, op.cit, p.29-30.

das Sociedades de Cultura Francesa, realizado em 1975:

“O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”<sup>33</sup>.

Já com relação à história da fonte enquanto texto produzido em determinada época, esta estende-se até o momento em que esta fonte foi produzida, isto é, até o momento que corresponde ao seu contexto mais imediato. Para compreender este contexto em todas as suas implicações, partiremos da noção de que todo texto, seja qual ele for, tem um *emissor* (aquele que produz o texto), um *objeto* (a mensagem que é transmitida) e um *receptor* (aquele a quem a mensagem se destina)<sup>34</sup>.

Este triângulo, aparentemente tão simples, traz em si complexidades que desde logo ficarão claras. Apenas para começar, lembremos que o *emissor* de um discurso nunca é somente o seu autor nominal, mas também a sociedade na qual ele se inscreve, a sua posição social, os constrangimentos aos quais ele está submetido, e tantas outras coisas que fazem do autor nominal apenas a ponta de um imenso iceberg. Chamaremos a este complexo conjunto que se esconde por trás do autor de um texto de “lugar de produção”.

<sup>33</sup> LE GOFF, op.cit., p.547.

<sup>34</sup> BARDIN, op.cit., p.170.

## A época

Definiremos o “lugar de produção” de um texto a partir de um grande conjunto de coordenadas que principia com a sua própria época. Às vezes é possível identificar certo conjunto de características que abarca sociedades diversificadas em um determinado período: por exemplo, o mundo feudal em boa parte ocidente europeu medieval, a cultura renascentista no mesmo recorte espacial no período seguinte. Assim, certas características mais amplas – produtos da interação e do diálogo entre várias culturas e sociedades – habilitam a falar em uma “sociedade feudal” ou em um “homem renascentista”, antes de aprofundar o olhar em direção ao feudalismo francês, ao feudalismo ibérico, ao renascimento italiano ou à cultura renascentista dos Países Baixos. Se pretendo, por exemplo, estudar a França ou a Alemanha da virada da década de 40, antes de me deter em cada estudo de caso devo considerar uma situação mais ampla: uma Europa convulsionada pela 2ª Grande Guerra, na medida em que este conflito interferiu em cada um dos países europeus. Ou seja, uma sociedade dificilmente está isolada de outras, e por vezes há situações estruturais e conjunturais que as abarcam.

É claro que esta coordenada mais ampla, a coordenada da época, requer muitos cuidados por parte de um historiador. Deve-se sempre relativizar conceitos generalizadores como “o homem medieval”, “o homem renascentista”, “a

Europa da 2ª Guerra”. São expressões que têm sua validade para determinadas questões, mas não para todas – já que rigorosamente são construções arbitrárias do historiador, ainda que úteis ou inevitáveis. É conhecida a querela em torno do conceito de “mentalidade coletiva”. Até que ponto é possível falar em um “homem medieval”, enquanto uma designação que dê conta de seus modos de pensar e de sentir, de suas visões de mundo predominantes, de seu conjunto de valores? Até que ponto é legítimo saltar por sobre as especificidades regionais, ou ignorar as nuances internas ao ocidente europeu medieval? Não há uma resposta definitiva a estas questões. Na verdade, a aplicabilidade daquelas expressões abrangentes depende do próprio objeto de minha pesquisa, do problema que tenho em vista, das hipóteses que orientam minha reflexão historiográfica. Se a época é o primeiro interferente a ser considerado na determinação do “lugar de produção” de um texto, decorre daí a necessidade de o historiador estabelecer com toda a precisão possível a data (e o lugar geográfico) do documento. Boa parte dos documentos textuais já se apresentam ao historiador previamente datados, enquanto em outros há que se proceder a esta datação, ou corrigir a data que uma primeira crítica externa colocou em dúvida.

Outro aspecto relativo ao problema da identificação e caracterização

da época em que foi produzido o documento histórico, é que nem todo o texto tem apenas um só lugar de produção em termos cronológicos. Por vezes há um imbricado de épocas e autores que atuaram na produção do texto definitivo. Tomaremos como exemplo significativo o conjunto das diversas narrativas bíblicas. Textos como o *Samuel* ou o *Reis I e II* apresentam, além de seu autor principal – que por sinal já construiu sua narrativa baseando-se em documentos mais antigos – mais dois ou três autores posteriores e outros tantos compiladores. Desta forma, trata-se de um discurso que sofreu alterações e interpolações. Assim sendo, um historiador não pode se pôr a refletir seriamente sobre uma narrativa bíblica sem indagar pelos seus *lugares de produção do discurso*, caso contrário sua leitura será pouco menos ingênua que a de um fiel devoto que se ponha a meditar sobre o texto sagrado em uma manhã de culto dominical.

Um exemplo prático poderá ilustrar o problema. O livro *Samuel*, que nos fala dos reis Saul e Davi, tem por objeto o período anterior ao do livro seguinte – *Reis* – que conta a história a partir de 970 a.c. com Salomão e seus sucessores. A certa altura da narrativa sobre Samuel encontramos a seguinte profecia sobre Salomão, que é posta na boca do profeta:

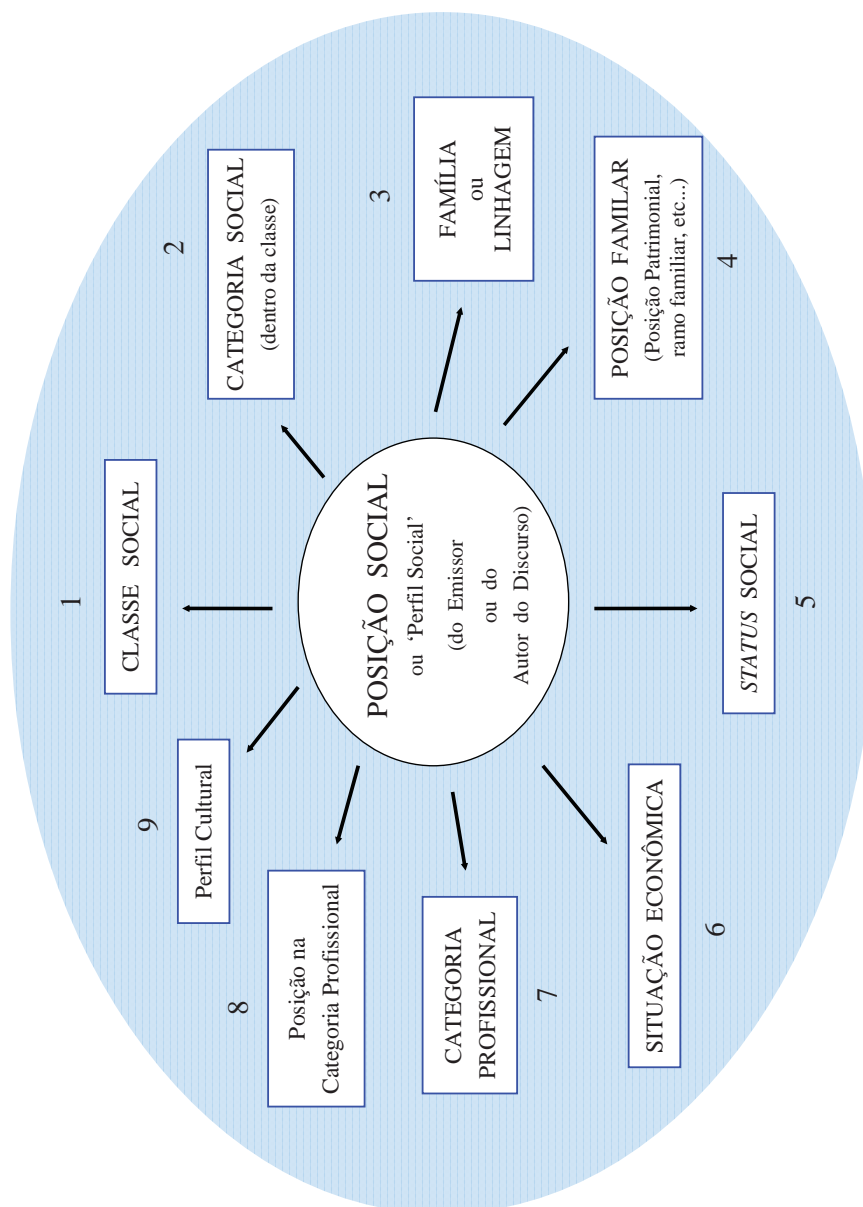
“É desta forma que o rei vos governará: tomará os vossos filhos e os porá nas suas carroças, e fará deles moços de cavalos, e correrão adiante dos seus coches, e os constituirá seus tribunos, e

seus centuriões, e lavradores dos seus campos, e segadores de suas meses, e fabricantes de suas armas e carroças. E fará de vossas filhas suas perfumadeiras, e cozinheiras, e padeiras. Tomará também o melhor dos vossos campos, e das vossas vinhas, e dos vossos olivais, e dá-los-á aos seus servos. E também tomará o dízimo dos vossos trigos, e do rendimento das vinhas, para ter o que dar aos seus eunucos e servos. Tomará também os vossos servos e servas e os melhores jovens, e os jumentos, e os empregará no seu trabalho. Tomará também o dízimo dos vossos rebanhos, e vós sereis seus servos” (I *Samuel* VIII, 11-17)

Eis aqui uma profecia em que o profeta Samuel parece antecipar admiravelmente algumas medidas que de fato se verificariam no governo de Salomão, setenta anos depois, como o alistamento militar compulsório, o trabalho forçado nas grandes obras, e a tributação excessiva. Contudo, alguns estudiosos têm poucas dúvidas em atribuir a profecia a uma interpolação de um dos dois autores posteriores do livro de *Samuel*, talvez aquele que escreveu já de depois do exílio babilônico, cerca de quatrocentos anos depois do primeiro autor do livro. Neste caso, o trecho deixa de ser profecia para se tornar uma crítica à instituição da realeza, produzida depois de uma longa sucessão de fracassos que culminariam como saque de Jerusalém em 587 a.C.



**Quadro 2: A posição social do autor ou do emissor do discurso**





### **A sociedade, a instituição, o lugar teórico, a posição social**

A época é apenas uma primeira luz geral, por assim dizer, que se espalha pelo texto historicamente produzido por um autor. Para além dela, o autor e seu texto também estão inscritos em uma sociedade, uma instituição, um lugar metodológico, estético, filosófico (Quadro 2). Em outras palavras, há grandes linhas que interagem nas condições de sua produção textual e na constituição de seu universo mental. O “homem medieval” é uma construção útil de pensamento, mas que se dissipa no momento em que dirigimos o olhar para as especificidades regionais e para as estruturas de “curta duração” que se inscrevem na “longa duração medieval”. Assim que, a “sociedade medieval ibérica” irá diferir em diversos aspectos da “sociedade medieval francesa”. Ou que, dentro da idéia de uma “sociedade medieval ibérica”, Portugal se distinguirá de Castela. Ou ainda: será possível em um momento posterior de aprofundamento identificar as distinções fundamentais entre o Portugal do século XIII e o Portugal do século XIV; se quiséssemos, entre a região da Beira e a região do Minho.

Mais ainda, uma determinada sociedade comporta uma multiplicidade de ambientes internos. Podemos por exemplo refletir sobre as distinções entre o meio rural e o meio urbano, ou entre a corte régia e as cortes senhoriais da França do Norte. O lugar de um autor está não apenas dentro de uma sociedade histori-

camente localizada, mas também dentro de um ambiente social que caberá ao historiador definir a partir do exame das muitas coordenadas que o determinam. É diferente escrever de uma universidade medieval, da corte de um monarca centralizador, de uma corte senhorial, da instituição eclesiástica, ou da masmorra. Todos estes ambientes se inserem a princípio dentro de uma sociedade medieval mais ampla, mas começam a se opor no momento seguinte da investigação historiográfica.

Da mesma forma, um mosteiro beneditino defende uma determinada posição dentro da instituição eclesiástica que é radicalmente distinta da posição defendida pela abadia cisterciense. E dentro de cada abadia ou mosteiro, deveríamos em um segundo momento isolar a posição institucional do monge comum e do Abade. Além disto, um autor participa de um determinado circuito de posições estéticas, filosóficas ou metodológicas que contrasta, por ventura, com as de um contemporâneo pertencente a uma outra corrente de pensamento. Assim que, dentro do pensamento iluminista francês do século XVIII, iremos encontrar subcorrentes várias, umas defendendo um maior ou menor grau de empirismo dentro da investigação científica, outras com uma maior influência do racionalismo cartesiano; umas inteiramente materialistas, outras deístas; e, dentro deste último grupo, umas deístas clericais e outras deístas explicitamente anticlericais. Em Voltaire temos uma clara primazia do empirismo, enquanto que em

Montesquieu já identificamos uma maior esforço de síntese entre o empirismo e o racionalismo cartesiano; nos materialistas empíricos como Condillac o ateísmo é explícito, ao passo que Voltaire já expressa algo como um deísmo anticlerical.

Para além disto, deveríamos identificar a “posição de classe” de cada um destes iluministas franceses; distinguir por exemplo o “barão” Montesquieu do Voltaire “descendente da pequena nobreza” ou do Diderot, filho de um simples cuteleiro. E fazer isto não meramente para acrescentar um dado bibliográfico, mas para entender estas “posições sociais” como fatores interferentes na produção do discurso de cada um dos seus autores. A “posição social” não deve ser compreendida ingenuamente, como um dado isolado e absoluto que aprisiona o autor dentro de um determinado ponto da hierarquia social. É preciso pôr o extrato social a dialogar com os objetivos do autor quanto à sua inserção na hierarquia social. Ele pode ser conformado com seu extrato social, ou crítico com relação a ele; neste último caso, pode ter desenvolvido ao longo de sua vida determinadas pretensões de inserção em um ambiente social que a princípio lhe foi vedado, ou pode engajar-se em uma revolução.

A classe ou segmento social é apenas uma categoria generalizante, que o historiador deve utilizar ou criticar conforme as suas próprias necessidades. Um nobre do final da Idade Média, por exemplo, deve ser avaliado não apenas a partir do extrato a que pertence (subca-

tegorias dentro do estamento “nobreza”), mas também de sua “posição econômica” (havia nobres abastados e nobres empobrecidos), de sua “posição linhagística” (havia linhagens de alta a baixa estirpe), de sua “posição dentro da linhagem” (um homem podia pertencer a uma linhagem por linha bastarda), de sua posição dentro do universo familiar (ser um primogênito em certas sociedades medievais era radicalmente diferente de ser um “filho segundo”, já que era o primeiro que recebia a herança). É todo este conjunto de coordenadas sociais a que chamaremos a “posição social” de um indivíduo.

Tudo o que foi dito aqui com relação à identificação do autor de um texto é imediatamente aplicável também para os personagens que aparecem no texto deste autor. Não devemos aceitar necessariamente as opiniões de um autor para com os homens que toma com objeto de sua reflexão (o que Voltaire pensa de Rousseau, por exemplo). Antes, devemos proceder ao nosso próprio levantamento — se possível utilizando outras fontes — para depois pôr em diálogo a personagem que construímos e a personagem que foi construída pelo autor.

### **Textos que interferem no texto**

Não apenas a época, a sociedade e a posição do autor interagem no “lugar de produção de um texto”, mas também “outros textos”, uns utilizados conscientemente pelo autor, outros atuando sem a sua perfeita compreensão disto. Chamaremos a este fenômeno de “intertext-

tualidade” e o discutiremos posteriormente. *Intertextualidade* é o diálogo, ou a relação dialógica, que se estabelece entre vários textos. O “lugar de produção” de um texto é também formatado pelo intercurso de outros textos.

Voltaremos ao exemplo das narrativas bíblicas. Tomemos o livro *Reis I e II*. À parte a já mencionada constatação de que algumas destas narrativas bíblicas possuem diversos autores – uns interpolando novos trechos de discurso naqueles que já haviam sido produzidos por autores anteriores, outros empreendendo modificações mais ou menos substanciais – consideraremos ainda que alguns daqueles relatos foram produzidos a partir de fontes pré-existentes. Consideremos os documentos anteriores, crônicas perdidas, dos quais se valeu o primeiro redator do livro de *Reis*. São mencionados explicitamente no livro, quase como um historiador que cita suas fontes, alguns desses livros perdidos: o *Livro dos Atos de Salomão* (1Rs 11,41), possivelmente escrito durante o reinado de Salomão entre 970 e 931 a.c., o livro dos *Anais dos Reis de Israel*<sup>35</sup> e o *livro dos Anais dos Reis de Judá*<sup>36</sup>, posterior ao cisma que em 931 dividiu os reinos do norte e do sul. Outras fontes não mencionadas também são perceptíveis, como as do

*ciclo de Elias* e do *ciclo de Isaías*, possivelmente escritas não mais no ambiente das cortes mas dos profetas<sup>37</sup>.

Esta imensa variedade de “textos por trás do texto” pode nos dar uma idéia do material a partir da qual o primeiro redator escreveu o livro dos *Reis*. Ela nos coloca diretamente diante do problema de que nenhum autor escreve um texto a partir do nada. Freqüentemente ele trava diálogos com textos anteriores: ou de maneira explícita – como foi o caso que acabamos de discutir – ou de maneira implícita, por vezes até sem o próprio autor se dar conta disto. Um homem, já se disse, “é muito mais filho de seu tempo do que de seus próprios pais”, e neste sentido está sempre em permanente diálogo com sua época. Mas uma época também está em permanente diálogo com as suas anteriores, e isto também se inscreve no diálogo intertextual de um autor.

É somente depois de examinar estes autores ocultos que se inscrevem nos autores principais – sobretudo no caso de obras de pretensões historiográficas – e as demais épocas que se insinuam por debaixo da sua época, que podemos refletir sobre o autor ou autores explícitos. No caso do primeiro e principal redator de *Reis*, para continuar o nosso exemplo, assinalamos que ele escreve contemporaneamente à

<sup>35</sup> citado dezoito vezes, entre 1Rs 14, 19 e 1Rs 15, 31.

<sup>36</sup> citado quinze vezes entre 1Rs 14, 29 e 2Rs 24, 25.

<sup>37</sup> DELORME, J. *Introduction à la Bible*. Paris: Desclée, 1969, p.445.

Reforma Deuteronomista de Josias em 631 a.c., provavelmente de um meio sacerdotal<sup>38</sup>. A reforma deuteronomista apresenta como dois aspectos fundamentais o rigor quanto às questões da *unicidade de culto* e da *unicidade do lugar do culto*. Precisamente, a luz geral que atravessa o livro de *Reis* é esta: a sucessiva avaliação de todos os reis, de Salomão ao exílio, conforme o grau com que eles se afastam ou se aproximam destes dois preceitos fundamentais. Ou seja, um rei é tanto pior quanto mais facilmente permite a pluralidade de cultos ou o enaltecimento de outros lugares de culto que não Jerusalém. Desta forma, a referência padrão é o rei Davi, unificador do culto e conquistador de Jerusalém, e o antítipo é Jerobão, que mais permitiu a pluralidade de cultos e incentivou a diversidade de lugares santos<sup>39</sup>. Portanto, o que faz o primeiro redator de *Reis* é se apropriar de toda uma série de textos anteriores e produzir deles uma nova leitura, consoante os seus próprios interesses (de sua época, sociedade, instituição). O seu novo texto é gerado a partir do diálogo entre o momento em que ele mesmo se inscreve e aquela série de textos anteriores. E a contribuição final a este diálogo é acrescentada pelos dois redatores posteriores do livro, um durante e outro

<sup>38</sup> Em que pese uma grande controvérsia a respeito, baseamo-nos nas conclusões da maior parte dos autores modernos, entre os quais: DE VAUX, R. *Les Livres de Rois*. Paris: 1958; PFEIFFER, R. H. *Introduction to the Old Testament*. Londres: Harper & Brothers, 1941; e SNAITH, N. H. *Old Testament*. Oxford: T & T Clark, 1951.

<sup>39</sup> BALLARINI, T. *Introdução à Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1976. v. II/2, p.169.

depois do exílio babilônico, que já reformulam a primeira redação em função da catástrofe de 586 a.c..

Completamos, assim, um rastreamento dos diversos fatores que fundam o lugar de produção de um discurso: *Temporalidade*, *Sociedade* e situação do autor no que se refere às posições social, institucional, estética, metodológica – além de toda uma *intertextualidade* que circunda o autor e seu texto. Tudo isto posto em uma relação interativa que cabe ao historiador decifrar e interpretar à luz das circunstâncias de produção do discurso.

### **Ultrapassando a superfície das fontes**

Em certo trecho de seu ensaio *Como se Escreve a História*, publicado em 1971, Paul Veyne registra um conselho que deveria ser recorrente para o aprendiz da prática historiográfica: Não se pode contentar com as opiniões e interpretações – a mesmo com as escolhas de conteúdo – que se dão no interior do grupo no qual o fenômeno estudado ocorre<sup>40</sup>. Se todas as etapas e dimensões da operação historiográfica são atravessadas por subjetividades e intersubjetividades que envolvem o objeto histórico e o sujeito que produz o conhecimento historiográfico, esta é a ingenuidade mais irredutível que não se torna mais aceitável nem mesmo pelo mais positivista dos historiadores:

<sup>40</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UNB, 1982 [original: 1971], p.105.

há que se ultrapassar a superfície das fontes, este lugar no qual, ainda mais do que qualquer outro, a imersão dos homens em sua própria época torna-se explícita. Poucos pecados são tão rejeitados para um historiador como o de reduzir-se não-criticamente à opinião que faziam de si mesmos os próprios homens de uma época ou de um contexto histórico. Estas opiniões devem ser tratadas antes de tudo como materiais, como acontecimentos a serem analisados.

Carlo Ginzburg, sempre um mestre no tratamento de fontes históricas, estabelece em um livro recente uma interessante analogia entre “O Juiz e o Historiador”, sendo este também o título de seu ensaio. Se em outras obras Ginzburg comparara o historiador ao detetive criminal, para chamar atenção para o “paradigma indiciário” aplicado ao tratamento das fontes, e em uma segunda obra evocara a analogia entre as figuras do Inquisidor, do Antropólogo e do Historiador – agora com vistas a esclarecer aspectos relacionados à análise de fontes dialógicas – em “O Juiz e o Historiador” Ginzburg pretende reforçar a necessidade historiográfica de buscar confrontações externas às fontes (por exemplo, através da comparação de uma fonte com outras, ou do seu exame contra o fundo de outras séries de dados e evidências). É neste sentido que o micro-historiador italiano evoca a imagem do juiz, e não certamente no sentido que estava por trás das assertivas proferidas por Marc Bloch em sua *Apologia da História*, postumamente publicada, sobre a

necessidade “não julgar”, mas sim “compreender”.

Se o juiz é aquele que profere veredictos, condenando e absolvendo – e este gesto está certamente vedado ao historiador, como tão bem ressaltou Marc Bloch<sup>41</sup> – por outro lado o juiz também é aquele que confronta depoimentos, que os contrasta, que os põe a se iluminarem uns aos outros, que os denuncia como perspectivas pessoais com vistas a construir uma perspectiva mais plena, que é a do juiz, mas também a do historiador. O confronto entre fontes, ou mesmo entre um ponto do discurso e outro ponto que o contradiz, seja explícita ou implicitamente, faz parte certamente do mais simples repertório de ações do historiador diante da documentação que sua problemática levou a interrogar. Situar a fonte em uma rede intertextual ou contextual equivale a nelas introduzir uma profundidade não apenas útil, mas necessária ao historiador.

### Considerações finais

Considerar as fontes históricas em relação ao lugar onde foram produzidos, ou ao seu “lugar de produção”, é uma questão fulcral para o trabalho do historiador. Esse lugar, como se viu neste artigo, é atravessado por questões diversas – que vão da inscrição em uma sociedade e em um tempo à rede de intertextualidades que afetou a produção

<sup>41</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.125.

do discurso veiculado pelas fontes, entre outras questões que também foram consideradas. Outrossim, é claro que o texto que o historiador produz pode ser ele mesmo considerado como fonte para um outro tipo de análise, e aqui adentrávamos este campo da teoria da história que se convencionou chamar de historiografia – no sentido de que se empreende aqui uma análise do próprio trabalho do historiador.

O historiador, acima de tudo, é ele mesmo histórico, e, portanto, está igualmente sujeito a uma inscrição no seu próprio “lugar de produção”. Conforme pontuamos no início deste artigo, esta questão, igualmente primordial, remeteria a uma outra ordem de considerações, que não foi o objetivo mais específico deste artigo, embora a tenhamos pontuado em certo momento. Entender o “lugar de produção”, enfim, mostra-se imprescindível tanto para a prática histórica como para a prática historiográfica – esta última compreendida como o âmbito no qual se estabelece uma reflexão sobre os modos como se desenvolve a operação historiográfica e sobre o próprio texto que se apresenta como produto elaborado pelo historiador.

### Referências bibliográficas

BALLARINI, T. *Introdução à Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1976. v. II/2.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [original publicado: 1949, póstumo] [original da produção do texto: 1941-1942].

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, J.C. La reproduction. *Eléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1970.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales –1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”, in: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.16-48 [original: 1974].

DELORME, J. *Introduction à la Bible*. Paris: Desclée, 1969.

DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas Ciências Humanas*. São Paulo: UNESP, 2010.

DE VAUX, R. *Les livres de rois*. Paris: 1958.

DROYSEN, J. Gustav. *Manual de teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009 [original: 1868].

- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin, 1953.
- GADAMER, Hans-Georg. *A consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998 [original: 1996].
- GINZBURG, Carlo. *Il giudice e lo storico – considerazioni in margine al processo Sofri*. Milano: Universale Economica Feltrinelli, 1991.
- LE GOFF, Jacques. « Documento / Monumento ». In: Ruggiero Romano (org.) *Enciclopédia Einaudi – História e memória*. Porto: Imprensa Nacional, 1984. p.95-106 [também incluído em LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p.535-549].
- LADURIE, Le Roy. *Montaillou, uma aldeia occitânica*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- PFEIFFER, R. H. *Introduction to the Old Testament*. Londres: Harper & Brothers, 1941.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Vol.1: a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RUSEN, Jörn. *Razão histórica – Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2007a.
- RUSEN, Jörn. *História viva – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: UNB, 2007b.
- RUSEN, Jörn. *Reconstrução do passado – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UNB, 2007c.
- RUSEN, Jörn. “Partidarismo e objetividade – as potencialidades racionais da ciência da história”. In: *Razão histórica*. Brasília: UNB, 2001 [original: 1983].
- SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *El ingenioso hidalgo Don Quixote de La Mancha*. Madrid: 1605.
- SNAITH, N. H. *Old Testament*. Oxford: T & T Clark, 1951.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UNB, 1982 [original: 1971].
- WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática, 2006 [original: 1904].